

política

Flávio foca no Sudeste e resposta ao PT nas ruas

Candidato do PL tratou de estratégia com influenciadores digitais



Na última semana antes do segundo turno, Flávio Bolsonaro (PL) mira o Sudeste, priorizando o debate da TV Globo e buscando sustentar a mobilização de rua, em resposta aos atos da esquerda por todo o país.

Até a votação de domingo, o presidenciável do PL vai passar por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em uma estratégia de se concentrar nos principais colégios eleitorais do país, dada a previsão de uma disputa apertada.

No dia anterior ao segundo turno, sábado, Flávio deve participar de atos na capital mineira e também na capital fluminense. A semana começou, nesta segunda-feira, com comícios em Marabá (PA) e Manaus, num giro rápido pela região Norte.

A previsão inicial da campanha a respeito do segundo turno era a de rodar o país com os bloquinhos organizados pelos deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e André Fernandes (PL-CE) até para responder aos atos promovidos pelo PT e pela juventude de esquerda.

Nesse sentido, a principal aposta foi o bloquinho do domingo, na avenida Paulista, que tinha o objetivo de contrastar com a manifestação pró-Lula realizada no mesmo local na semana anterior.



Presidenciável pediu reforço da campanha online aos apoiadores

O debate da TV Globo, no entanto, provocou um reajuste de rota, e a preparação para o embate com Lula deve consumir até mais de um dia, diminuindo a previsão de agendas públicas de Flávio. O debate está marcado para sexta-feira, no Rio de Janeiro.

Nesta terça-feira, Flávio também trocou atos públicos por gravações para seu programa eleitoral em São Paulo e Goiânia.

Enquanto os bloquinhos têm o objetivo de agitar a própria base e demonstrar mobilização diante da ofensiva da esquerda pelo país, os compromissos relacionados à propaganda eleitoral e ao debate mostram ênfase na tentativa de conquistar eleitores indecisos posicionados ao centro.

Pela manhã em São Paulo, ele participou de um encontro com aliados e influenciadores di-

gitais para a produção de conteúdos com o objetivo de ampliar o alcance da campanha nesta reta final para conquistar os eleitores indecisos e rebater as fake news espalhadas pelo PT.

Ao todo, mais de 400 formadores de opinião, que reúnem cerca de 200 milhões de seguidores nas redes sociais, participaram do evento. “Quero que cada um transmita a mensagem e use suas redes sociais para mostrar que o Estado não pode atrapalhar a vida das pessoas. Que eu vou devolver a soberania das pessoas, que estão oprimidas pelo crime organizado.”

A reunião organizada por Pablo Marçal contou com a presença de aliados políticos, como o senador eleito Guilherme Derrite (PP) e a deputada estadual eleita Eduarda Campopiano (PL).

TSE atualiza locais de votação; 1º turno teve 1,9 milhão de eleitores afetados

Após o anúncio de mudanças de locais de votação entre o primeiro e segundo turnos gerar confusão pela divergência nos números disponibilizados no site do TSE, o tribunal afirmou nesta segunda-feira que os valores estão sendo atualizados à medida que as zonas eleitorais concluem os registros e fazem ajustes necessários.

No sábado, o portal de estatísticas do órgão apontava alteração em 4.289 seções. No domingo, por volta de 12h, eram 2.033, número que caiu para 1.397 no final da noite. Às 22h desta segunda, o total informado era de 438 seções, que afetam 126.032 eleitores. O número pode mudar até o dia do pleito.

Questionado pela Folha de S.Paulo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não respondeu por que há uma variação tão grande entre os valores, mas disse que os ajustes estão sendo feitos “inclusive para refletir a manutenção, no 2º turno, de locais que haviam sido alterados provisoriamente no 1º”.

Em entrevista à GloboNews à noite, Murilo Salmito, secretário-geral da Presidência do TSE, afirmou que a divergência ocorreu porque o sistema considerou as alterações de locais do primeiro turno. “Terminado o primeiro turno, o sistema entende que os locais de votação retornam à origem”, disse, acrescentando que isso é um problema e uma “oportunidade de melhoria”.

“Dessa vez aconteceu, é possível que isso seja ajustado, mas o fato concreto é que os números reais, os números de alteração para o segundo turno são baixíssimos. São, inclusive, os mais baixos da história.”

O órgão reforçou ainda que não é responsável pela determinação de mudanças de locais de votação. “Essas decisões são tomadas no âmbito das próprias zonas eleitorais, que conhecem as peculiaridades de cada localidade, avaliam as condições dos imóveis e adotam as providências necessárias, observadas as normas da Justiça Eleitoral.”

Alterações são previstas por questões logísticas, como problemas climáticos e de infraestrutura dos prédios. Elas também aconteceram em eleições anteriores. Análise feita pela Folha com os dados do primeiro turno, acessados às 18h desta segunda, indica que as zonas eleitorais alteraram 6.588 seções em relação ao registro original, 1,3% das seções. Ou seja, 1,9 milhão de eleitores (1,2% do eleitorado) teve o local de votação alterado em relação ao registrado originalmente no título antes de 4 de outubro.

Cada seção corresponde a uma sala de votação. As 6.588 seções modificadas no primeiro turno estão em 1,7 mil locais de votação de 920 municípios brasileiros. Todas as unidades da federação, com exceção do Distrito Federal, foram afetadas.

O estado mais impactado em proporção foi o Amapá. Das 1.914 seções do estado, 142 sofreram alterações no primeiro turno (7,4%). Houve mudanças também no Rio Grande do Norte (4,5%), em Sergipe (4,1%), Rondônia (4%) e Roraima (4%). O eleitor deve acessar o site de autoatendimento eleitoral do TSE para verificar se houve mudança no local de votação. A consulta também pode ser feita pelo aplicativo e-Título (iOS e Android).

À Justiça Eleitoral, Meta nega tratamento desigual entre as candidaturas presidenciais

Em manifestação enviada na noite de segunda-feira ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a empresa Meta - responsável por plataformas como Facebook, Instagram e WhatsApp - negou ter favorecido o alcance de publicações em prol de algum dos candidatos na corrida presidencial.

No documento, a empresa afirma que os conteúdos relativos às duas candidaturas são tratados de forma igual e não discriminatória e que um documento técnico anexado ao processo descreve o mecanismo que assegura essa isonomia.

A Meta respondeu a uma determinação do ministro Marco

Aurélio Bellizze, que na semana passada determinou que a empresa apresentasse informações sobre as medidas adotadas para garantir o tratamento isonômico às duas candidaturas que disputam o segundo turno da eleição presidencial.

Bellizze atendeu a pedido da coligação Brasil Pronto pra Mais, do presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva, que reclamou de favorecimento a publicações favoráveis ao adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O ministro estipulou multa de R\$ 500 mil por dia caso a Meta não respondesse aos questiona-

mentos. Na segunda, Bellizze deu 24 horas para a empresa apresentar as informações exigidas, aumentando o valor da sanção para R\$ 1 milhão.

Em resposta, a empresa assegurou ter adotado todas as medidas exigidas pela Justiça Eleitoral e previstas em plano de trabalho apresentado previamente ao TSE.

Na peça, a multinacional de tecnologia não abordou dados de alcance e destacou uma observação do próprio Bellizze segundo a qual a isonomia assegurada pela legislação eleitoral é de regras e de critérios, e não de resultados.

Entre as medidas de isonomia adotadas, por exemplo, apontou a

Meta, está a revisão humana, em até duas horas, de todas as restrições ou suspensões que possam ter sido aplicadas automaticamente sobre anúncios de contas das campanhas oficiais, que não podem ser restritas.

Em relação à ferramenta de inteligência artificial Meta AI, que conforme denúncia de usuários vinha atendendo a pedidos para produção de imagens de apoio a Flávio, mas negava os mesmos pedidos em relação a Lula, a empresa afirmou ter adotado medidas adicionais para que a ferramenta rejeite comandos também com os prenomes dos candidatos.

A empresa declarou ainda

que as restrições a contas que publicam conteúdos em collab (em colaboração) com contas oficiais de campanha se deve às limitações impostas pela legislação eleitoral sobre os perfis oficiais. Segundo a Meta, a arquitetura do Instagram impede que um post seja restringido somente em relação à conta oficial e liberado na conta do coautor.

Em relação a conteúdos com uso de inteligência artificial (IA), a Meta disse ter auditado 1.204 publicações denunciadas por falta de rotulagem adequada, das quais 720 posts foram removidos. Outros 270 conteúdos já continham a sinalização adequada e 214 foram classificados como não eleitorais.